

Malum passionis.

Mitigar a dor do Direito Penal

Jesús-María Silva Sánchez

Prefácio e tradução:
Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Apresentação:
Renato de Mello Jorge Silveira





Conselho Editorial
Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Mairtyn
Professor da University of Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teano – Itália

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Bárbara Rodrigues

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora
 Copyright © 2022, Jesús-María Silva Sánchez
 Copyright © 2022, Regina Helena Fonseca Fontes-Furtado

São Paulo
 Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista – São Paulo,
 SP – CEP 01311-300

Belo Horizonte
 Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
 Tel.: 31 3261 2801

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Silva Sánchez, Jesús-María, 1959-
 5586 **Malum passionis. Mitigar a dor do direito penal / Jesús-María Silva Sánchez ; prefácio e tradução: Regina Helena Fonseca Fontes-Furtado; apresentação: Renato de Mello Jorge Silveira. – 1. ed. – Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.**
 252 p.

Tradução de: *Malum passionis. Mitigar el dolor del derecho penal*
 ISBN 978-65-5589-584-1

1. Direito 2. Direito penal I. Fontes-Furtado, Regina Helena Fonseca II. Silveira, Renato de Mello Jorge III. Título.

CDD: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



D'PLÁCIDO

Sumário

<i>Abreviaturas utilizadas</i>	13
<i>Nota prévia</i>	15
<i>Prólogo 1</i>	17
<i>Apresentação</i>	21
1. <i>Detrás dos populismos penais: Democracia, constituição, dogmática jurídico-penal</i>	35
1. Punitivismo e legislação penal	35
1.1. Legislação penal e democracia	35
1.2. Um parêntesis: legislação penal e segurança jurídica . . .	43
2. Constituição e jurisdição constitucional	44
2.1. Introdução	44
2.2. Desenvolvimento	46
3. Aplicação da lei penal e jurisdição penal	50

4. Legislação penal e Direito correto: o papel da doutrina .	53
4.1. O <i>statu quo</i>	53
4.2. Desenvolvimento	57
4.3. A tarefa de uma dogmática da política criminal	59
5. Direito Penal correto sem segurança jurídico-penal?	63
6. Perspectiva	
2. <i>Delinquentes pobres: Estado, Cidadania e Direito Penal</i>...	
1. Pressupostos da responsabilidade penal: deveres naturais e obrigações adquiridas ..	67
1.1. Vinculação	67
1.2. Autolegislação e democracia deliberativa	70
1.3. Observações críticas	
1.4. Proteção estatal igual. A posição de garante do Estado	74
2. A infração do dever de garante do estado	84
2.1. Introdução	84
2.2. Pobreza e teoria do delito: a aproximação clássica	86
2.3. A aproximação política ..	89
3. Uma tentativa de concretizar o alcance da “excludente de pobreza” ..	95
3.1. Abordagens existentes	95
3.2. A pobreza excludente do injusto típico	98
3.3. A pobreza excludente da proibição	100
4. Prevenção do dano da vítima e reparação . . .	101
5. O indigente não pode ser penalmente responsabilizado	102
6. A consequência jurídica aplicável...	
3. “<i>Propter malum actionis</i>”: Equivalentes funcionais da pena (privativa de liberdade)	109
1. Introdução	109
1.1. Dimensões da pena	109

1.2. Equivalentes funcionais da pena: precisões ...	112
2. Equivalência funcional de condutas pós-delitivas do agente...	117
2.1. Confissão e reparação ..	117
2.2. Comportamento autopunitivo...	122
3. Circunstâncias pós-delitivas...	126
3.1. Legítima defesa e vingança	126
3.2. A doutrina da incomensurabilidade	131
3.3. Sistemas não jurídico-penais de sanção: Estado, comunidade, etnia....	135
3.4. Intervenção pós-delitiva do sistema policial, judicial e penitenciário.	139
3.4.1. Atuação policial ...	139
3.4.2. Processo e violações processuais	139
3.4.3. Em especial, as condições da prisão .	144
3.5. A (má) denominada <i>poena naturalis</i> ...	146
4. Equivalentes funcionais sem parentesco estrutural ..	153
4.1. Introdução	153
4.2. O transcurso do tempo	156
4.3. Morte e parcial inidentidade	162
4.4. Perdão do Estado e perdão da vítima ..	166
5. As causas de exclusão da execução da pena (privativa de liberdade)	169
4. Mil perdões: Taxonomia do perdão do injusto culpável	171
1. Introdução: Perdão merecido?...	171
2. Perdão e falta de necessidade do castigo	175
3. Perdão como concessão a outros interesses jurídicos (ou políticos) .	182
4. Perdão equitativo ...	185
5. Contra o perdão e a reconciliação.....	191
6. O perdão da vítima....	194

5. “Em uma comunidade de seres imperfeitos”	
Restabelecimento do Direito e reconciliação	201
1. Introdução	201
2. Premissas	206
3. A ferida produzida pelo delito y sua cura	208
4. Um Direito Penal que não obstaculize a reconciliação	213
4.1. A redução da intervenção penal, na medida do possível, à declaração comunicativa do injusto culpável	213
4.2. A renúncia, na medida do possível, à dor penal	
4.3. A renúncia específica à dor penal no caso de produção de equivalentes funcionais da dimensão afliitiva da pena	217
4.4. Uma tentação que deve ser evitada: a retribuição satisfativa	217
5. Um dever positivo: a promoção da reconciliação	219
5.1. Fundamento primeiro: o reconhecimento da corresponsabilidade social no delito	
5.2. Fundamento segundo: a ubíqua aleatoriedade do comportamento delitivo e de sua sanção	221
5.3. Fundamento terceiro: o Estado social como Estado orientado à liberdade real	222
6. A restauração da comunicação	223
Bibliografia citada	225